

PERCURSO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

COURSE OF PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES

CURSO DE EDUCACIÓN PROFESIONAL EN BRASIL: UN ANÁLISIS DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS

Klinger Johnson¹

Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas (GEIFA)

Jacqueline Lidiane de Souza Prais²

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Fabiano Sales de Aguiar³

Prefeitura Municipal de Nova-Mamoré-RO

Resumo

As primeiras tentativas de organizar propostas de formação profissional no campo começaram em meados do século XIX, com a formação de oligarquias agrícolas e depois o surgimento de cidades, que passaram a aceitar novos colonos e a necessidade de formar pessoas para a agricultura. Assim, buscou-se a formação para o exercício das atividades comerciais. Ao longo do século XX, desde a escola de aprendizagem, a formação profissional desenvolveu-se numa dualidade estrutural, servindo preferencialmente as classes trabalhadoras e desfavorecidas. Portanto, o objetivo desta pesquisa é analisar como o percurso histórico da Educação Profissional no Brasil, contribuiu para uma formação humanizada. Para tanto, recorreu-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Os levantamentos realizados evidenciaram os diversos estágios da Educação Profissional, desde a constituição das Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil Império, até chegar aos dias atuais com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os

¹ Mestre em Agroecologia. Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas-GEIFA, Guajará- Mirim, Rondonia, Brasil. E-mail: klinger.johnson@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2026233445661136>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9564-7082>

² Doutora em Educação. Docente pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Ariquemes, no Departamento Acadêmico de Ciências da Educação (DACED). Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação Inclusiva e Acessibilidade Pedagógica (GPAM). E-mail: jacqueline.prais@unir.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5351398531043105>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3658-7021>.

³ Mestre em Educação. Professor da Rede Pública Municipal de Nova-Mamoré, RO, Brasil.. Pesquisador no Grupo de Estudos Interdisciplinares das Fronteiras Amazônicas- GEIFA. E-mail: fabiano.aguiar@unir.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8748562962039270>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1892-8857>.

resultados apontam que a Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu mudanças em sua nomenclatura e em sua configuração política e organizacional, baseadas no contexto da época. De um modo geral, observa-se avanços da rede no decorrer de todos esses anos. No entanto, faz-se necessário criar espaços para discutir conceitos pertinentes à construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana e com a integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando à formação omnilateral dos sujeitos.

Palavras-chave: políticas públicas; educação profissional; educação da pessoa humana.

Abstract

The first attempts to organize proposals for professional training in the countryside began in the mid-nineteenth century, with the starting of agricultural oligarchies and then the emergence of cities, which began to accept new settlers and the need to train people for agriculture. Thus, training was sought to carry out commercial activities. Throughout the 20th century, since the school of learning, professional training has developed in a structural duality, preferably serving the working and disadvantaged classes. Therefore, the purpose of this research is to analyze how the historical course of Professional Education in Brazil has contributed to a humanized formation. For that, we appealed to bibliographic research and documentary research. The surveys carried out showed the various stages of Professional Education, from the establishment of the Schools of Apprentices and Craftsmen in the Empire of Brazil, to the present day with the Federal Institutes of Education, Science and Technology. The results indicate that the Federal Network of Technological Education throughout its history has undergone changes in its nomenclature and in its political and organizational configuration, based on the context of the time. In general, there are advances in the network over all these years. However, it is necessary to create spaces to discuss concepts relevant to the construction of a conception of professional education committed to human formation and to the integration of all dimensions of life in the educational process, aiming at the omnilateral formation of subjects.

Keywords: public policies; professional education; education of the human person.

Resumen

Los primeros intentos de organizar propuestas de formación profesional en el campo se iniciaron a mediados del siglo XIX, con la formación de oligarquías agrarias y luego el surgimiento de las ciudades, que empezaron a aceptar nuevos pobladores y la necesidad de formar gente para la agricultura. Así, se buscaba capacitación para realizar actividades comerciales. A lo largo del siglo XX, desde la escuela del saber, la formación profesional se ha desarrollado en una dualidad estructural, sirviendo preferentemente a las clases trabajadoras y desfavorecidas. Por lo tanto, el objetivo de esta investigación es analizar cómo el camino histórico de la Educación Profesional en Brasil ha contribuido para una formación humanizada. Para ello, recurrimos a la investigación bibliográfica y la investigación documental. Las encuestas realizadas mostraron las diversas etapas de la Educación Profesional, desde el establecimiento de las Escuelas de Aprendices y Artesanos en el Imperio de Brasil, hasta la actualidad con los Institutos Federales de Educación, Ciencia y Tecnología. Los resultados indican que la Red Federal de Educación Tecnológica a lo largo de su historia ha sufrido cambios en su nomenclatura y en su configuración política y organizativa, con base en el contexto de la época. En general, hay avances en la red a lo largo de todos estos años. Sin embargo, es necesario crear espacios para discutir conceptos relevantes para la construcción de una concepción de educación profesional comprometida con la formación humana y con la integración de todas las dimensiones de la vida en el proceso educativo, visando la formación omnilateral de sujetos.

Palabras clave: políticas públicas; educación profesional; educación de la persona humana.

INTRODUÇÃO

O processo educativo é aquele pelo qual o homem se apropria dos conhecimentos

culturais e históricos acumulados pela humanidade (SAVIANI, 2009). De tal modo, o homem se humaniza ao se apropriar dos saberes das gerações anteriores para que, assim, possa promover novos conhecimentos a fim de atingir interesses, desejos e sobrevivência social.

Por sua vez, é na modernidade que a escola assume seu papel social de contribuir com a formação do cidadão a partir do ensino de conhecimentos científicos de forma sistematizada (GARCIA; DORSA; OLIVEIRA, 2018). As instituições de ensino se incumbem de promover uma educação que prepare o sujeito para o exercício da cidadania e assume seu papel social de forma plena.

Em meio a esses pressupostos, Ramos (2014) nos apresenta que a educação profissional nasce no Brasil como um método de ensino e ora como modalidade de ensino, mas ambas enraizadas ao objetivo de desenvolver competências profissionais em jovens e adultos a fim de serem absorvidas pelo mercado de trabalho como mão de obra qualificada e certificada.

Nesse contexto, interpretamos que por trás de um Projeto de educação há um Projeto de formação dos sujeitos a fim de atender um objetivo previamente definido e estabelecido. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar como o percurso histórico da Educação Profissional no Brasil, contribuiu para uma formação humanizada, evidenciando seus diversos estágios, com seu início no Brasil Império, até chegar aos dias atuais.

Nesse sentido, compreendemos que entender o contexto histórico da educação profissional elucida o contexto em que foram elaboradas políticas públicas e as bases educativas em que se constituiu a educação profissional no Brasil. Somado isso, esse movimento de investigação é justificado pela necessidade da identificação de ações que possam viabilizar a superação de lacunas encontradas no cenário educacional voltado à formação profissional.

Organizamos o artigo iniciado pela contextualização do tema, problematização da pesquisa e objetivo apresentados nesta introdução, e na sequência dedicaremos a explicação do delineamento metodológico, resultados e discussões, e por fim, as considerações finais desta pesquisa.

DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos propostos definimos como metodologia a pesquisa

bibliográfica complementada pela análise documental conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000). A investigação adota abordagem qualitativa, delimitando um desenho descritivo.

Esclarecemos que o intuito de construir um panorama sobre a trajetória da educação profissional no Brasil foi o critério para seleção de materiais científicos.

Quadro 1 – Descrição das fontes de pesquisa utilizadas

Tipo de produção	Quantidade	Autor(es) e ano
Leis e/ ou documentos	6	Lei nº 3.552 (BRASIL, 1959) Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961) Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) Decreto nº. 2208 (BRASIL, 1997) Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008) Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2017)
Livros	3	Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000) Saviani (2009) Ramos (2014)
Artigos publicados em periódicos	1	Garcia, Dorsa e Oliveira (2018)
Dissertações	2	Pereira (2008) Kyrillos (1998)

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda, sublinhamos que os documentos são entendidos como qualquer registro escrito que possa ser usado como fonte de informação, buscamos identificar legislações, resoluções e decretos para obter informações que contribuíssem para análise do tema de pesquisa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Educação Profissional: percurso inicial

Nesta seção apresentaremos, de forma sucinta, o percurso da Educação Profissional no Brasil desde o período imperialista. Os registros históricos apontam o surgimento da Educação Profissional já no período imperialista, tendo em vista que D. João VI criou o Colégio das Fábricas, o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público que objetivava atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (GARCIA;

DORSA; OLIVEIRA; CASTILHO, 2018).

Garcia, Dorsa, Oliveira e Castilho (2018) relatam que havia um interesse na formação de trabalhadores em diversos ofícios, porém as ações de formação se concentravam nas associações religiosas e filantrópicas, pois o principal objetivo do Império retirar as crianças da rua para que não se transformassem em futuros desocupados. Diante disso, os órfãos eram encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes de Marinheiros considerando a necessidade de formar profissionais para atuar na marinha e na guerra.

As autoras relatam ainda que, entre os anos de 1840 a 1856, os governos provinciais criaram casas de educando artífices adotando o modelo de aprendizagem vigente no âmbito militar e entre 1858 e 1886 foram criados os liceus de artes e ofício a partir de iniciativas de entidades da sociedade civil. Os cursos eram divididos nas matérias de ciências aplicadas e artes e o acesso a eles era livre, exceto para os escravos.

De um modo geral, observamos que as práticas educativas no período imperialista seguiam dois caminhos: um voltado ao assistencialismo e compensação direcionado aos pobres e outro para o trabalho artesanal que, por sua vez, configurava outro *status quo*, por ser aceito socialmente além de útil e por promover a qualificação legitimando assim, a dignidade da pobreza.

Em 1889, o Brasil passa a uma nova configuração política com a proclamação da república. Nesse período, os liceus continuaram a realizar as atividades e atendimentos propostos ainda no tempo do Império, porém o novo regime político possibilitou aos Estados da Federação algumas ações visando a organização do ensino profissional.

Na percepção de Ramos (2014), no início do século XX, é possível observar o esforço público para a organização da Educação Profissional, o que modificou a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional.

A criação das Escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. Nesse contexto, chega-se às décadas de 30 e 40, marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais na sociedade brasileira (RAMOS, 2014, p. 25).

Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2017, p.5) relata que a partir de 1906 se observa a consolidação do ensino técnico-industrial a partir de ações como:

- Promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados a partir da criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- Aumento da dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares.

Declaração do então presidente Afonso Pena, que no ato de sua posse exaltou a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional como elemento de grande importância para o progresso das indústrias, tendo em vista que habilitaria e instruiria mestres e operários.

Nesse contexto, ao longo do ano de 1910, foram inauguradas 19 escolas de Aprendizes e Artífices em todo o território nacional. No entanto, Ramos (2014) destaca que o Brasil apresentava poucas ações para desenvolver a mão de obra profissional, pois a preocupação não estava centrada na qualificação profissional, os governantes não se interessavam pelas necessidades da população de baixa renda, mas, ao fortalecimento de classes populares, ao perigo do surgimento de uma população ociosa e, conseqüentemente o surgimento da desordem social e influências de sindicalistas.

Ramos (2014) aponta ainda que a criação dessas escolas estava relacionada às indústrias europeias que, em meados de 1909, estavam em pleno desenvolvimento despertando no Brasil uma nova perspectiva econômica, porém se depara com a falta de mão de obra qualificada. A autora relata que a maioria das escolas estava voltada para o ensino de ofícios artesanais em localizações inadequadas. Apenas a cidade de São Paulo conseguiu atender as suas expectativas, originando a esperança de um futuro melhor para população carente, pois ofereciam cursos de tornearia, mecânica e eletricidade.

O cenário descrito até aqui sugere uma total desvinculação entre formação profissional e educação, pois a educação ofertada aos trabalhadores era voltada para o treinamento, adiestramento, tendo em vista que as características apresentadas pela indústria ainda eram bastante elementares, baseadas no artesanato e manufatura sem muitas exigências.

Desde a sua criação as escolas eram subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, todavia no ano de 1930, com a criação do Ministério da

Educação e Saúde Pública passaram à supervisão desse órgão e sete anos mais tarde, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em liceus industriais. Nesse contexto, a partir do ano de 1930, a Educação Profissional passa a ser tratada como uma política pública no Brasil (GARCIA; DORSA; OLIVEIRA; CASTILHO, 2018).

Em 1941 acontece a reforma do sistema educacional brasileiro, conhecida como Reforma Capanema, uma Lei Orgânica do Ensino que estabelecia o ensino profissional integrado ao nível médio; exigência de exames de admissão para ingresso nas escolas industriais e organização dos cursos em níveis distintos:

[...] os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básicos industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades. (BRASIL, 2017, p. 4).

Nessa perspectiva, em 1942, as Escolas de Aprendizes e Artífices recebem nova denominação: escolas industriais e técnicas. Nesse mesmo período, acontece a criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAI), configurando-se como instituição privada de interesse público, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recursos humanos, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria. Em 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) apresentando a mesma configuração do SENAI, no entanto a oferta da Educação Profissional era destinada à formação de trabalhadores do comércio.

Em 1959, os estabelecimentos de ensino industrial passam por nova organização escolar e administrativa a partir da Lei nº. 3352 de 16 de fevereiro de 1959 (BRASIL, 1959). No artigo 5º a referida Lei dispõe que:

Os cursos técnicos, de quatro ou mais séries, têm por objetivo assegurar a formação de técnicos para o desempenho de funções de imediata assistência a engenheiros ou a administradores, ou para o exercício de profissões em que as aplicações tecnológicas exijam um profissional dessa graduação técnica.

Parágrafo único. Esses cursos devem adaptar-se às necessidades da vida econômica, das diversas profissões e do progresso da técnica, articulando-se com a indústria e atendendo às exigências do mercado de trabalho da região a que serve a escola (BRASIL, 1959, Art. 5).

A partir da regulamentação da referida Lei, as Escolas Industriais e Técnicas são

transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais e ganham autonomia didática e de gestão. Nesse novo contexto, observamos a intensificação da formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização (BRASIL, 2017).

O ano de 1959 torna-se então, o marco para a consolidação da rede de Escolas Técnicas Federais, com uma política de incentivo nacional e internacional, levando-as a ocuparem um lugar estratégico na composição da força de trabalho industrial brasileira.

Garcia, Dorsa, Oliveira e Castilho (2018) destacam, ainda a instituição de Escolas Agrícolas Federais - escolas fazendas que inicialmente eram ligadas ao Ministério da Agricultura, e a partir do Decreto nº. 60.731 de 19/05/1967 (BRASIL, 1967) passaram a ser subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura.

De modo geral, identificamos que a educação profissional ganha importância na política e no cenário brasileiro, contudo seu principal objetivo era preparar mão de obra para as indústrias emergentes. Tal fato sugere então que a educação profissional no Brasil foi sendo ajustada, ao longo de seu percurso, para atender às demandas do mundo do trabalho e das relações sociais, não se observa ações direcionadas à formação do homem integral.

b) A Educação Profissional e os Marcos Legais

Nesta seção, pretendemos abordar a Educação profissional na perspectiva da política educacional, para tanto recorreremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1961; 1996) e outros marcos legais considerados fundamentais para a configuração da educação profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tem a função de definir e regularizar o sistema educacional brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal. A primeira LDB foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, no entanto, o primeiro projeto de Lei data de 1948, quando foi encaminhado ao Poder Legislativo e levou treze anos de debate até chegar à sua versão final, sendo promulgada como Lei nº. 4.024/61 (BRASIL, 1961).

No que diz respeito à Educação Profissional a referida Lei estabeleceu a equiparação desta ao ensino propedêutico, possibilitando assim que àqueles que concluíram os cursos profissionais pudessem prosseguir os estudos. Ainda assim, a dualidade estrutural permaneceu com a existência de dois ramos de ensino.

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos: a) industrial; b) agrícola; c) comercial.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos. (BRASIL, 1961, Cap. III).

A Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), reformulou a LDB de 1961, introduzindo, então a educação profissional no segundo grau, tornando, compulsoriamente, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Nessa perspectiva, a educação profissional deixou de ser limitada a instituições especializadas e passou a ser responsabilidade também dos Estados. Urge a necessidade de formação técnica o que ocasiona aumento expressivo de matrículas nas Escolas Técnicas Federais e implantação de novos cursos técnicos (BRASIL, 2017).

A elevada preocupação com a formação qualificada de trabalhadores se justifica pela possibilidade de expansão dos empregos. Mantinha-se, no entanto, dois eixos de atuação: a formação acelerada de operários para realização do trabalho simples, e a formação de técnicos de nível intermediário, em menor número, para realizar a função de prepostos nas multinacionais, em paralelo com a formação propedêutica destinada às classes mais favorecidas (RAMOS, 2014. p. 31).

À primeira vista, as mudanças na legislação parecem apontar a profissionalização como possibilidade de universalização do ensino e a ruptura com o dualismo predominante no ensino, porém representavam também a intenção do governo de reduzir a pressão sobre o ensino superior haja vista que os filhos de trabalhadores deveriam ingressar no mercado de trabalho tão logo concluíssem o 2º grau, sendo, então o ensino superior destinado aos filhos das elites (PEREIRA, 2008).

No entanto, Ramos (2014) afirma que o argumento de formar técnicos com base nas necessidades do mercado de trabalho e pela necessidade de possibilitar aos jovens que não ingressavam nas Universidades a opção pela vida economicamente ativa imediatamente após a conclusão do 2º grau foi rejeitado pela classe média que vislumbrava na educação a oportunidade de ascensão social. Tal fato, resultou em medidas de ajustes curriculares nos cursos profissionais na extinção da profissionalização obrigatória no 2º grau pela Lei nº 7.044 em 1982 (BRASIL, 1982).

A promulgação da nova Constituição Federal Brasileira, em 1988, evocou a necessidade de uma nova LDB, tendo em vista a atenção que este documento dispensava

à educação (BRASIL, 1988). Ramos (2014) relata que:

O projeto de uma nova LDB foi apresentado pelo deputado Octávio Elíseo em dezembro de 1988, dois meses depois de promulgada a Constituição, incorporando as principais reivindicações dos educadores progressistas, inclusive referentes ao ensino médio. Iniciava-se, assim, uma importante mobilização pela aprovação de uma nova LDB que pretendia trazer avanços significativos para a educação nacional na perspectiva da democratização e da universalização da educação para todos de qualidade. Em relação à educação profissional e ao ensino médio, o horizonte traçado por este projeto, era da escola unitária e politécnica, superando-se a histórica dualidade que marca a história da educação brasileira (RAMOS, 2014, p. 39).

Apesar do projeto da LDB ser apresentado tão logo tenha sido promulgada a nova Constituição, as discussões levaram um longo tempo, sendo ainda atravessada por um novo projeto de LDB apresentado pelo Senador Darcy Ribeiro.

Por fim, em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 determinando, entre outros aspectos que toda instituição de educação, quer privada ou pública, deveria ajustar-se às novas diretrizes educacionais postuladas na nova Lei (BRASIL, 1996).

Destacaremos aqui, especificamente àquilo que diz respeito à Educação Profissional, por ser nosso tema de análise.

Na LDB sancionada pela Lei nº.9394 (BRASIL, 1996) a Educação Profissional é apresentada em capítulo separado da Educação Básica e está contida nos artigos 39 a 42. De um modo geral, se estabelece que a Educação Profissional deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A educação Profissional, integra-se, então às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Ao analisar a nova configuração da Educação Profissional na perspectiva da legislação, observamos um interesse em atender exigências do setor produtivo, considerando a necessidade de desenvolver competências para atender às várias demandas, não se restringindo a uma habilitação específica.

O documento “Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2017) considera que a partir da nova LDB, a Educação Profissional caminha para a superação de enfoques de assistencialista e de preconceito social presentes nas

primeiras legislações de educação profissional do país.

[...] fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar (BRASIL, 2017, p. 5).

Ramos (2014) apresenta uma percepção diferente acerca da nova configuração da Educação Profissional considerando-o um processo de regulamentação fragmentada e focalizada.

Pouco antes de um ano após a promulgação da LDB (BRASIL, 1996) foi publicado o decreto n. 2.208 (BRASIL, 1997) com o objetivo de regulamentar a educação profissional e criar o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). O referido decreto reorganizou a educação profissional, readequando os níveis: básico, técnico e tecnológico, visando atender ao setor produtivo pela capacitação dos trabalhadores; estabeleceu ainda a separação entre ensino médio e educação profissional e a promoção de parceria entre governos e sociedade civil (BRASIL, 1997).

Outro ponto importante a ser mencionado e, de certa forma retomado, é que com base nesse decreto, origina-se Decreto nº. 2.406/1997 (BRASIL, 1997), que impulsionaria o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) que havia iniciado em 1978 e que, apesar da aprovação da Lei nº. 8.948 em 1994 (BRASIL, 1994), que aprovava a transformação de todas as escolas técnicas federais em CEFETs. Ainda assim, a efetiva alteração das escolas técnicas em CEFETs aconteceu mediante decreto direcionado a cada uma delas, após aprovação de um projeto apresentado pela instituição.

Com a mudança de governo em 2002, a separação entre ensino médio e técnico e a necessidade de novos marcos legais voltou às pautas de discussões de tal forma que em 2004 foi promulgado pelo governo federal o Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004 (BRASIL, 2004). Revogou-se, então o Decreto nº. 2.208/97 e passou-se a adotar três modalidades de educação profissional: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1997).

Havia grande expectativa acerca da revogação do Decreto nº. 2.208 (BRASIL, 1997), conforme explicita Ramos (2014, p. 74):

Um novo decreto que revogasse o 2.208/97 deveria ser um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações aos sistemas e instituições de ensino, mobilizasse a sociedade civil em torno do assunto. Mantinha-se a necessidade de se reconstruírem princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória dessa classe. Acreditava-se que a mobilização da sociedade pela defesa do ensino médio unitário e politécnico que, conquanto admitisse a profissionalização, integrassem em si os princípios da ciência, do trabalho e da cultura, promoveria um fortalecimento das forças progressistas para a disputa por uma transformação mais estrutural da educação brasileira.

Todavia, a mesma autora reconhece que a mobilização esperada não ocorreu, o que se viu foi uma fragmentação iniciada internamente, no próprio Ministério da Educação.

Em 2004 o Decreto nº. 5154 (BRASIL, 2004) foi incorporado a LDB, por meio da Lei nº. 11.741, de 16 julho de 2008, aventando novas perspectivas para a educação profissional, pois a referida Lei alterou dispositivos da Lei nº. 9394/96 com vistas ao redimensionamento, institucionalização e integração de ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008).

A Educação Profissional e Tecnológica integra-se, então aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. A Lei nº 11.741, de 2008, inclui ainda que a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Ainda em 2008, a Lei nº 11.892 cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estruturados a partir dos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, configurando-se então em um novo modelo de Educação Profissional (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFE'S) vêm a ser uma síntese do que a Rede Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1- Panorama da Rede Federal

Fonte: Elaborado pelos autores com base em BRASIL/MEC/SETEC (2017).

A expansão da rede federal de educação tecnológica e a ampliação de suas funções para o ensino superior e a integração as ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico representam um significativo avanço a educação profissional no Brasil. Transcende a simples função de qualificar mão de obra, é um caminho que possibilita a formação integral do ser humano.

Além de conceitos subjetivos relacionados ao comportamento que enfatizam a necessidade de autorrealização e crescimento pessoal, a competitividade no atual mercado de trabalho exige novas competências profissionais como:

- a) experiência em áreas diferentes de atuação profissional - polivalência;
- b) formação acadêmica, em áreas tais como eletrônica, mecânica, matemática aplicada, administração entre outras, e em segmentos diferenciados do conhecimento;
- c) utilização de ferramentas de comunicação e linguagem variadas; desde a escrita e a oralidade até aquelas que se utilizam da informática. (KYRILLOS, 1998, p.13)

Na chamada revolução tecnológica imposta à questão da educação trouxe novos desafios, especialmente, no setor industrial, que estão inseridos em um contexto produtivo favorável. Levando a uma vantagem competitiva, onde as escolas podem acompanhar mais facilmente o ritmo das mudanças e novas habilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por finalidade apresentar um breve histórico da Educação Profissional no Brasil, evidenciando seus diversos estágios, com seu início na constituição das Escolas de Aprendizes e Artífices no Brasil Império, até chegar aos dias atuais com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nossa análise até aqui nos permite observar que a Rede Federal de Educação Tecnológica ao longo de sua história sofreu muitas mudanças e vem evoluindo no decorrer de todos esses anos. Instituída inicialmente para qualificar mão de obra, voltada à população menos favorecida, vem se apresentando como uma política educacional de cunho assistencialista.

Ao longo dos anos o contexto político, econômico, social, filosófico e cultural influenciou a elaboração de políticas educacionais que promoveram alterações na construção da Educação Profissional no Brasil em busca de alinhar o ideal de formação não apenas com vistas a atender o mercado de trabalho, mas de oportunizar o acesso de todas as pessoas às conquistas científicas e tecnológicas da humanidade.

Todavia, o caminho não é findo, os avanços observados até aqui não indicam que as políticas educacionais voltadas a Educação Profissional atendem todas as demandas dessa modalidade, indicam apenas que não estamos mais no mesmo lugar. Faz-se necessárias reflexões que abordem alguns conceitos pertinentes para a construção de uma concepção educação profissional comprometida com a formação humana.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira. 2000.

BRASIL **Lei nº. 8.948**, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília: Presidente da República, 1994.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1961.

BRASIL, **Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959**. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1959.

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília. Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 2208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Decreto nº. 5.154**, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Decreto nº. 60.731**, de 19 de maio de 1967, que transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Brasília: Câmara, poder executivo, 1967.

BRASIL. **Lei nº 11.741**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982, que altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do ensino de 2º grau. Brasília: Presidente da República, 1982.

BRASIL. **Lei nº. 5.692**, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidente da República, 1971.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2017.

GARCIA, Adilso do Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de; CASTILHO, Maria Augusta de. Educação Profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, Minas Gerais, n. 13, v. 5, 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/volume-xiii/>. Acesso em: 14 set. 2022.

KYRILLOS, Sergio Luiz. **O Ensino Profissionalizante na Área de Mecânica: Novas Práticas Face às Mudanças no Mercado de Trabalho: A Ótica de Professores, Alunos e Profissionais de R.H.** (Dissertação de Mestrado, Universidade Bandeirante de São Paulo — Uniban), 1998.

PEREIRA, Francisco. **(Im)possibilidades da construção de uma educação emancipadora em cursos tecnológicos: uma abordagem a partir de dois cursos localizados em Goiânia e Anápolis.** 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica, v. 5).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**, 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

Artigo recebido em: 09 de Dezembro de 2022.

Aceito para publicação em: 10 de Fevereiro de 2023.

Manuscript received on: December 09, 2022.

Accepted for publication on: February 10, 2023.

Artículo recibido en: 09 de Diciembre de 2022.

Aceptado para publicación en: 10 de Febrero de 2023.

Endereço para contato:

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Rondônia (PPGE)
Campus José Ribeiro Filho, Sala 110-C, Bloco 4A
BR-364, Km 9,5 (sentido Acre) – CEP: 76815-800
Porto Velho/RO, Brasil